

5. A entidade formadora é responsável pela guarda das armas e munições que adquira, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, e sua legislação regulamentar.

Artigo 25.º

Cedência de armas pela PN

1. Quando as armas a utilizar nos cursos previstos no presente Regulamento forem cedidas pela PN, a cessionária presta caução pelo prazo de cinco anos, sendo esse valor fixado por despacho do Director Nacional da PN, tendo em conta as armas cedidas.

2. Por cada arma cedida será cobrado um valor pela sua utilização, a fixar pelo Director Nacional da PN, tendo em conta o tipo de arma e a duração da cedência.

3. É da responsabilidade da entidade formadora a guarda e conservação das armas cedidas pela PN, devendo restituí-las em bom estado de funcionamento.

4. Ocorrendo dano irreparável em armas cedidas pela PN, estas são substituídas mediante a prestação de nova caução.

5. Ocorrendo suspensão ou cassação do alvará, a PN procede à imediata recolha quer das munições na posse da entidade formadora quer das armas que a esta tenha cedido, não havendo lugar à restituição do valor caucionado.

Artigo 26.º

Credenciação provisória e parcerias

1. As pessoas colectivas que pretendam candidatar-se a uma credenciação para ministrarem os cursos previstos no presente Regulamento e que não possuam tal finalidade expressamente contemplada no seu objecto social podem apresentar a sua candidatura, desde que instruída com ata da respectiva assembleia geral, pela qual tenha sido validamente aprovada alteração ao pacto social, por forma a nele ser incluída a actividade em causa.

2. Aceite a credenciação é emitido alvará provisório pelo prazo de seis meses, convertendo-se em definitivo após a regularização da alteração.

3. É admitida a celebração de contratos de parceria entre pessoa colectiva cujo objecto social autorize o exercício da actividade de formação técnica e cívica para portadores de armas de fogo e para o exercício da actividade de armeiro e outras que o não contemple, devendo o alvará ser emitido em nome da primeira, sem prejuízo da sujeição de ambas ao disposto no artigo 3.º do presente Regulamento.

Artigo 27.º

Informação didáctica

1. Compete à PN, de acordo com as características próprias de cada uma das licenças, divulgar informação didáctica referente às seguintes matérias:

- a) Técnicas e normas de procedimentos de segurança;
- b) Manuseamento de armas de fogo, reconhecimento de munições e distâncias e tipos de tiro passíveis de ocorrer.

2. A informação referida no número anterior deve incluir exemplos práticos relativos às matérias em causa.

Artigo 28.º

Acompanhamento e fiscalização

1. A PN pode, em qualquer momento e circunstância:

- a) Comparecer no local e à hora em que decorrem os cursos, em sessões de formação teóricas ou práticas, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto na presente portaria;
- b) Aceder em qualquer momento ao local ou instalações onde estejam armazenadas as armas próprias e as cedidas pela PN, bem como as munições;
- c) Aceder, na sede ou quaisquer outras instalações da entidade titular de alvará, a quaisquer documentos que se relacionem com o conteúdo da actividade autorizada.

2. Impende sobre as entidades titulares de alvarás previstos no presente Regulamento o especial dever de colaboração com as autoridades, designadamente no que respeita à salvaguarda do interesse da segurança pública.

Artigo 29.º

Regime transitório para a concessão e renovação de licenças C e D

1. A não frequência prévia de curso de actualização por parte de titulares de licenças C e D não obsta à renovação provisória das respectivas licenças de uso e porte de arma, desde que a frequência do referido curso, nos termos previstos no artigo 14.º da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, ocorra dentro dos cinco anos subsequentes ao início de vigência da citada lei.

2. Uma vez certificada a frequência do curso de actualização por parte dos titulares das licenças C e D, a renovação converte-se em definitiva.

A Ministra da Administração Interna, *Marisa Helena de Nascimento Moraes*

Portaria n.º 41/2013

de 19 de Agosto

O regime jurídico das armas e munições, aprovado pela Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, faz depender a emissão de um alvará para o exercício da actividade de armeiro das condições de segurança regulamentadas por portaria, a aprovar pela Ministra da Administração Interna.

Importa ainda acautelar, através de regulamentação apropriada, os riscos de intrusão, furto ou roubo nos casos em que existam a concentração e a guarda de armas.

Foi ouvida a Direcção Nacional da Polícia Nacional.

Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo n.º 3 do artigo 264º da Constituição;

Manda o Governo, pela Ministra da Administração Interna, ao abrigo da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado o Regulamento de Segurança das Instalações de Fabrico, Reparação, Comércio e Guarda de Armas, adiante designado por Regulamento, e que vai publicado em anexo à presente portaria, dela fazendo parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito

O Regulamento a que se refere o número anterior estabelece as condições de segurança obrigatórias a observar:

- a) Nas instalações onde decorrem os processos de fabrico, reparação e comércio de armas;
- b) Na guarda de armas e munições por parte das entidades credenciadas para ministrarem cursos de formação técnica e cívica, federações de tiro desportivo e suas associações federadas, titulares de licença de coleccionador de armas de fogo ou de munições e quaisquer outras entidades legalmente autorizadas a deterem armas de fogo e munições, tendo em vista a sua protecção contra intrusão, furto ou roubo.

Artigo 3.º

Obtenção de alvará

A obtenção de alvará para o exercício da actividade de armeiro depende da prévia verificação das condições de segurança das instalações onde decorre, nos termos do Regulamento anexo.

Artigo 4.º

Plano de segurança

O plano de segurança prevê as medidas concretas a adoptar face aos perigos e riscos identificados em função das condições especificamente decorrentes do exercício da actividade e do meio físico e social onde a mesma se insere, designadamente quanto à possibilidade e grau de intrusão, furto ou roubo e fixa os responsáveis pela sua manutenção e os procedimentos previstos em caso de quebra das normas de segurança.

Artigo 5.º

Regimes excepcionais

1. As condições de segurança referidas no Regulamento em anexo não serão aplicáveis quando o titular do alvará do tipo 1:

- a) Exerça a actividade de estudo e desenvolvimento de protótipos de armas de fogo, até ao número de três por modelo/ano;
- b) Fabrique armas da classe D, até ao número de 30 por modelo/ano.

2. Compete à Direcção Nacional da Polícia Nacional (DN/PN), a requerimento do interessado, proceder à apreciação casuística das condições de segurança dos estabelecimentos referidos no número anterior, para cujo

efeito devem ser ponderadas a classe das armas a que se destina e o número de armas em condições de disparar susceptíveis de serem guardadas no seu interior.

Artigo 6.º

Normas de execução e determinações

Sem prejuízo do disposto no Regulamento em anexo, o director Nacional da PN pode, por despacho, definir, complementarmente, as especificações de materiais e outras condições de segurança relativamente às instalações destinadas ao fabrico, reparação, comércio e guarda de armas.

Artigo 7º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor conjuntamente com o a Lei nº 31/VIII/2013, de 22 de Maio, que Estabelece o regime jurídico relativo às armas e suas munições e institui o Sistema Integrado de Gestão de Informação de Armas, Munições e Proprietários (SIGIAMP).

Gabinete da Ministra da Administração Interna na Cidade da Praia, aos 13 de Agosto de 2013. – A Ministra,
Marisa Helena de Nascimento Moraes

ANEXO

Regulamento de Segurança das Instalações de Fabrico, Reparação, Comércio, Cedência, Detenção, Guarda de Armas e Munições

CAPÍTULO I

Das instalações destinadas à actividade de armeiro

Secção I**Geral**

Artigo 1.º

Licenciamento de instalações para actividade de armeiro

As instalações destinadas ao exercício de actividade de armeiro estão obrigadas a observar, para além das normas de segurança previstas no presente Regulamento, as que forem exigidas para o seu licenciamento industrial e autorização de laboração.

Artigo 2.º

Emissão de alvarás

1. Podem ser emitidos os seguintes alvarás:

- a) Do tipo 1, para o fabrico, montagem e reparação de armas de fogo e suas munições;
- b) Do tipo 2, para a compra e venda e reparação de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e suas munições;
- c) Do tipo 3, para a compra e venda e reparação de armas das classes E, F e G e suas munições;
- d) Do tipo 4, para importar, deter e ceder temporariamente armas e acessórios de todas

as classes, com excepção dos equipamentos, meios militares e material de guerra, para efeitos cénicos e cinematográficos;

e) Do tipo 5, para venda e leilão de armas destinadas a colecção;

2. O alvará estipula o número máximo de armas susceptíveis de serem detidas em armazém.

3. Qualquer modificação quanto à classe das armas mencionadas no alvará obriga a que no mesmo seja registado o respectivo averbamento, dependente de devida apreciação do pedido.

Artigo 3.º

Emissão de alvarás

Tendo em vista a emissão de alvará e sem prejuízo dos demais dados relativos a cada um dos seus tipos específicos, o requerente apresenta junto da DNPN os seguintes elementos:

- a) Planta de localização das instalações;
- b) Projecto de arquitectura das instalações;
- c) Licença de utilização;
- d) Condições e plano de segurança contra intrusão, furto ou roubo;
- e) Identificação do responsável técnico.

Secção II

Alvará do tipo 1

Artigo 4.º

Elementos específicos

Para além dos elementos previstos no artigo anterior, os requerentes de alvará do tipo 1 apresentam perante a DNPN os seguintes elementos específicos:

- a) Planta de implantação topográfica das instalações, com referência às construções envolventes;
- b) Projecto da rede de águas e esgotos;
- c) Projecto técnico de laboração, onde conste a tipificação das tarefas e horário do início e fim do trabalho;
- d) Memória descritiva com referência à classe de armas objecto de fabrico;
- e) Capacidade máxima de produção.

Artigo 5.º

Condições gerais de segurança

1. As instalações são integralmente construídas em alvenaria e com placa de cobertura em betão.

2. A delimitação do perímetro exterior das instalações deverá ser em muro de alvenaria com a altura mínima de 3m.

3. Não são permitidas quaisquer montras ou áreas de exposição.

4. Todas as janelas das zonas de fabrico são dotadas de grades em ferro ou outro metal de igual ou superior resistência ao corte.

5. Todas as portas das zonas de fabrico e as que se localizem directamente para as vias públicas, caminhos ou estradas particulares são construídas em material com especificações de resistência balística.

6. As entradas/saídas de ar para ventilação ou exaustão e respectivas tubagens possuem um diâmetro máximo de 30 cm.

7. As tampas das condutas da rede de águas e esgotos são dotadas de sistema de segurança contra abertura interior.

8. As instalações são dotadas de alarme contra intrusão com registo de movimento no seu interior, devendo ter, nos termos e condições legalmente autorizados, sistemas de vídeo vigilância permanente, com gravação, incluindo o perímetro exterior, ligados à Unidade Policial mais próxima.

9. São afectos espaços adequados no interior das instalações fabris para o funcionamento dos serviços de fiscalização da PN, caso tal seja solicitado pela DN/PN.

10. O plano de segurança referido na alínea d) do artigo 3.º, para além do previsto no artigo 4.º da portaria que aprova o presente Regulamento, pode ainda prever a existência de segurança privada, própria ou contratada, nos termos da legislação em vigor.

11. Podem ser utilizados outros materiais, nos termos da presente Regulamento, desde que adequadamente complementados com medidas específicas de reforço de segurança a fixar pela PN, através de vistoria.

Artigo 6.º

Normas específicas de segurança

A laboração das instalações fica sujeita ao cumprimento das seguintes normas específicas de segurança:

- a) Recolha de produção acabada e partes essenciais de armas de fogo;
- b) Garantia de condições de armazenamento das armas acabadas e de partes essenciais de armas de fogo;
- c) Existência de contentores de circulação.

Artigo 7.º

Recolha de produção acabada e partes essenciais de armas de fogo

1. As partes essenciais de armas de fogo são retiradas de armazém e colocadas na linha de produção segundo o plano de produção do respectivo período de trabalho diário.

2. Ao fim de cada período de trabalho diário, as armas de fogo acabadas ou em condições de disparar devem ser retiradas do local de produção e recolhidas em armazém, bem como as partes essenciais não utilizadas.

Artigo 8.º

Condições de armazenamento

1. As partes essenciais de armas de fogo, armas acabadas e armas em condições de disparar são guardadas em armazém.

2. O armazém é edificado em betão armado, com paredes e tectos com uma espessura mínima de 20 cm não devendo ter janelas ou outras aberturas que permitam a entrada de pessoas.

3. O acesso ao armazém é feito através de uma única porta, construída de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 5.º do presente Regulamento, dotada de condições de segurança contra intrusão e com sistema de abertura dotado de mecanismo de retardamento, accionado por duas chaves diferenciadas.

4. Só podem ser guardadas em armazém, as armas produzidas ao abrigo do respectivo alvará, bem como as respectivas partes essenciais e acessórios utilizados na sua produção.

5. No caso de o armazém se situar no interior das instalações fabris, a sua construção deve obedecer aos requisitos estabelecidos nos números 2 e 3 do presente artigo, sendo aplicável com as necessárias adaptações o número 11 do artigo 5º.

Artigo 9.º

Contentores de circulação, fiscalização e guias de exportação para outro Estado

1. Para a saída das instalações as armas acabadas ou aptas a disparar bem como as partes essenciais de armas de fogo são acomodadas em contentor inviolável, não podendo o mesmo conter mais de 50 armas ou 250 partes essenciais, independentemente da sua classe, nem ter destinatários diferenciados.

2. Os contentores de circulação, se destinados à exportação para outro Estado, são carregados no interior das instalações e agrupados em contentores de carga padronizados, destinados aos transportes internacionais, devendo possuir suficientes garantias de segurança contra furto ou roubo.

3. Sem prejuízo da necessária peritagem nos termos da lei, a acomodação nos contentores de circulação é feita na presença de responsável pela segurança e por um elemento da PN que procede à respectiva selagem.

4. É elaborada guia de carga discriminando o número de série aposto nas armas ou suas partes essenciais, bem como a sua classe, marca, modelo e calibre, contendo a data e assinatura do elemento da PN referido no número anterior.

5. A deslocação em qualquer ponto do território nacional de contentores de transportes nacionais ou internacionais, sempre acompanhada de toda a documentação exigível inerente à operação em curso, depende de informação prévia à PN, em ordem a definir as apropriadas condições de segurança e assegurar o devido controlo e protecção.

6. O depósito dos contentores nas estâncias aduaneiras é feito em local indicado pelo seu chefe ou responsável, que tomará em conta as indicações da PN em matéria de segurança.

Artigo 10.º

Importação de outro Estado

1. A importação de armas prontas a disparar e de partes essenciais de armas de fogo para serem montadas em Cabo Verde são acomodadas em contentores de circulação, observando-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo anterior.

2. Sem prejuízo da peritagem a realizar nos termos da lei, a abertura dos contentores é feita na presença de peritos da PN que lavram auto de peritagem ou verificação contendo os elementos de identificação e conferência de existências face à documentação exigível para a operação.

Artigo 11.º

Fabrico de munições

O licenciamento e a armazenagem de produtos explosivos e matérias perigosas para o fabrico de munições, ficam sujeitas às previsões da legislação aplicável às fábricas, oficinas de carregamento de cartuchos de caça e aos órgãos de armazenagem de produtos explosivos e matérias perigosas, no que respeita ao seu armazenamento, aquisição, detenção e condições de segurança, com as adaptações consideradas necessárias.

Secção III

Alvará do tipo 2

Artigo 12.º

Elementos específicos do alvará

1. Para além dos elementos previstos no artigo 3.º do presente Regulamento, os requerentes de alvará do tipo 2 apresentam à DNPN os seguintes elementos:

- a) Planta de localização dos armazéns;
- b) Horário de funcionamento;
- c) Capacidade máxima de armazenamento por classe de arma e suas partes essenciais e munições nos armazéns e nas instalações de venda ao público.

2. Com as necessárias adaptações, as regras relativas à importação e exportação previstas nos artigos 9.º e 10.º aplicam-se também aos armeiros com alvará do tipo 2, relativamente a armas de fogo das classes B, B1, C, D, E, F e G.

Artigo 13.º

Condições gerais de segurança

1. As instalações são construídas integralmente em alvenaria e com placa de cobertura em betão, podendo ser utilizados outros materiais desde que adequadamente complementados com medidas específicas de reforço de segurança a fixar pela PN, através de vistoria.

2. São permitidas montras ou áreas de exposição viradas para as vias públicas, caminhos ou estradas particulares, desde que dotadas de grades em ferro ou outro metal de igual ou superior resistência ao corte e que, quando amovíveis, são obrigatoriamente colocados nos períodos de encerramento das instalações.

3. As portas exteriores das instalações são construídas em chapa ou chapeadas, reforçadas interiormente com trancas ou sistema de fechos por meio de fechadura de segurança.

4. Nos períodos de encerramento do estabelecimento, as portas exteriores envidraçadas são obrigatoriamente protegidas com rede metálica, taipais ou grades de ferro, fixas ou amovíveis.

5. São proibidas as portas interiores que comuniquem com compartimentos que não estejam directamente afectos à actividade de armeiro, designadamente as que comuniquem com habitações ou suas dependências.

6. Quando as portas, janelas, montras ou outras aberturas sejam acessíveis ao embate de viaturas, devem os proprietários das instalações promover, sempre que possível, a colocação de pinos metálicos ou outras estruturas nos espaços adjacentes às mesmas.

7. As entradas/saídas de ar para ventilação ou exaustão e respectivas tubagens possuem um diâmetro máximo de 30 cm.

8. As instalações são dotadas de sistemas de vídeo vigilância permanente e de alarme contra intrusão com registo de movimento no seu interior.

Artigo 14.º

Normas específicas de segurança

A laboração das instalações fica sujeita à observância das seguintes normas específicas de segurança:

- a) Exposição e recolha de armas de fogo e suas partes essenciais;
- b) Condições de armazenamento de armas de fogo, partes essenciais e munições.

Artigo 15.º

Exposição de armas

1. As armas das classes B, B1 e C, bem como as correspondentes munições, estão expostas à venda em vitrina ou armário interior apropriados, fechados a cadeado ou com fechadura de segurança, devendo recolher ao armazém quando encerradas as instalações, excepto se as vitrinas forem fixas e construídas com materiais revestidos de propriedades balísticas ou dotadas de dispositivos de segurança que inviabilizem a remoção das mesmas.

2. As armas da classe D e as armas de tiro desportivo, não incluídas no número anterior, bem como as restantes armas, não podem conservar-se expostas nas montras exteriores das instalações para além da hora do seu encerramento, devendo recolher ao armazém quando encerradas as instalações ou a vitrinas fixas referidas no número anterior.

3. As armas referidas nos números 1 e 2 do presente artigo, quando em exposição, devem estar fixas por meio de corrente ou outro sistema que apenas permita serem manuseadas com o auxílio de uma chave.

Artigo 16.º

Condições de armazenamento

1. As armas das classes B, B1 e C, suas partes essenciais e munições próprias para as armas são guardadas em armazém sito nas instalações de venda ao público ou em armazém exterior a essas instalações.

2. Os armazéns são edificados em betão armado, com paredes e tectos com uma espessura mínima de 20 cm não podendo ter janelas ou outras aberturas que permitam a entrada de pessoas.

3. O acesso aos armazéns é feito através de uma única porta construída de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 5.º e dotada de condições de segurança contra intrusão.

4. Sempre que não seja possível a edificação de armazém com características de casa-forte no interior das instalações de venda ao público, pode o mesmo ser substituído por cofre ou cofres com fixação nas paredes.

Artigo 17.º

Limites de armazenamento de armas e munições

1. Consta do respectivo alvará a quantidade de armas, partes essenciais e munições cujo armazenamento é autorizado, sendo especificado, no caso de armazém sito nas instalações de venda ao público, qual o número máximo permitido.

2. Apenas podem ser armazenadas nos locais registados nos alvarás, as armas e munições tituladas e comercializadas ao abrigo do tipo de alvará emitido.

3. No armazém podem ser armazenadas mercadorias, relacionadas com a venda de artigos afins à actividade venatória, desportiva ou de defesa, a que o titular do alvará se dedique, desde que devidamente acondicionadas e não misturadas com as armas e munições.

Artigo 18.º

Instalações partilhadas

1. Sempre que as instalações se integrem numa área comercial comum com outros artigos de natureza diversa, a área reservada ao comércio de armas e munições apenas pode estar aberta ao público em duas das suas faces, delimitadas por sistema de grades ou outro que permita o seu integral isolamento durante os períodos de encerramento, sendo as outras faces correspondentes a parede de alvenaria.

2. No interior da área destinada ao comércio de armas e suas munições é criada uma zona de atendimento reservada.

3. As armas das classes B, B1 e C e suas munições estão expostas, exclusivamente, na zona de atendimento reservada.

4. Entende-se por área comercial comum a que se situa numa grande superfície comercial ou em centro comercial, com acesso ao exterior por portas comuns.

Secção IV

Alvará do tipo 3

Artigo 19.º

Elementos específicos

1. Para além dos elementos previstos no artigo 3.º do presente Regulamento, os requerentes de alvará do tipo 3 apresentam à DNPN os mesmos elementos referidos para a concessão de alvará do tipo 2, com excepção do projecto de arquitectura.

2. Com as necessárias adaptações, as regras relativas à importação e exportação previstas nos artigos 9.º e 10.º aplicam-se também aos armeiros com alvará do tipo 3, relativamente a armas de fogo das classes E, F e G.

Artigo 20.º

Condições gerais de segurança

1. São permitidas montras ou áreas de exposição viradas para as vias públicas, caminhos ou estradas particulares, desde que dotadas de grades em ferro ou outro metal de igual ou superior resistência ao corte que, quando amovíveis, são obrigatoriamente colocados nos períodos de encerramento das instalações.

2. As portas exteriores das instalações são construídas em:

- a) Chapa ou chapeadas, reforçadas interiormente com trancas ou sistema de fechos por meio de fechadura de segurança;
- b) Vidro, sendo obrigatoriamente protegidas, durante o período de encerramento do estabelecimento, com rede metálica, taipais ou grades de ferro ou outro metal de igual ou superior resistência ao corte, fixas ou amovíveis;

3. São proibidas as portas interiores que comuniquem com compartimentos que não estejam directamente afectos à actividade de armeiro, designadamente as que comuniquem com habitações ou suas dependências.

4. As instalações são dotadas de alarme contra intrusão com registo de movimento no seu interior.

Secção V

Alvará do tipo 4

Artigo 21.º

Elementos específicos do alvará

1. Para além dos elementos previstos no artigo 3.º do presente Regulamento, os requerentes de alvará do tipo 4 apresentam à DNPN os seguintes elementos:

- a) Planta de localização das instalações e dos armazéns;
- b) Capacidade máxima de armazenamento por classe de arma e suas munições de salva nas instalações e armazéns, bem como nas instalações de venda ao público.

2. Com as necessárias adaptações, as regras relativas à importação, exportação previstas nos artigos 9.º e 10.º aplicam-se também aos armeiros com alvará do tipo 4, relativamente às armas e munições de salva.

Artigo 22.º

Condições gerais de segurança

1. As instalações são construídas integralmente em alvenaria e com placa de cobertura em betão, podendo ser utilizados outros materiais desde que adequadamente complementados com medidas específicas de reforço de segurança a fixar pela PN, através de vistoria.

2. Não são permitidas montras ou áreas de exposição viradas para as vias públicas, caminhos ou estradas particulares.

3. As portas exteriores das instalações são construídas em chapa ou chapeadas, reforçadas interiormente com trancas ou sistema de fechos por meio de fechadura de segurança.

4. Nos períodos de encerramento do estabelecimento, as portas exteriores envidraçadas são obrigatoriamente protegidas com rede metálica, taipais ou grades de ferro, fixas ou amovíveis.

5. São proibidas as portas interiores que comuniquem com compartimentos que não estejam directamente afectos à actividade de armeiro, designadamente as que comuniquem com habitações ou suas dependências.

6. Quando as portas, janelas e outras aberturas sejam acessíveis ao embate de viaturas, devem os proprietários das instalações promover, sempre que possível, a colocação de pinos metálicos ou outras estruturas nos espaços adjacentes às mesmas.

7. As entradas/saídas de ar para ventilação ou exaustão e respectivas tubagens possuem um diâmetro máximo de 30 cm.

8. As instalações são dotadas de sistemas de vídeo vigilância permanente e de alarme contra intrusão com registo de movimento no seu interior.

Artigo 23.º

Normas específicas de segurança

A laboração das instalações fica sujeita à observância das seguintes normas específicas de segurança:

- a) Exposição e recolha de armas;
- b) Condições de armazenamento de armas e munições de salva.

Artigo 24.º

Exposição de armas

1. As armas das classes B, B1 e C bem como as correspondentes munições de salva, estão expostas em vitrina ou armário interior apropriados, fechados a cadeado ou com fechadura de segurança, devendo recolher ao armazém quando encerradas as instalações, excepto se as

vitruas foreu fixas e construídas com materiais revestidos de propriedades balísticas ou dotadas de dispositivos de segurança que inviabilizem a remoção das mesmas.

2. As armas da classe D e as armas de tiro desportivo, não incluídas no número anterior, bem como as restantes armas, não podem conservar-se expostas nas montras exteriores das instalações para além da hora do seu encerramento, devendo recolher ao armazém quando encerradas as instalações ou a vitruas fixas referidas no número anterior.

3. As armas em exposição devem estar fixas por meio de corrente ou outro sistema que apenas permita serem manuseadas com o auxílio de uma chave.

Artigo 25.º

Condições de armazenamento

1. As armas e munições de salva objecto desta actividade, são guardadas em armazém sito nas instalações do estabelecimento.

2. Os armazéns são edificados em alvenaria com placa de cobertura de betão armado, com paredes e tectos com uma espessura mínima de 20 cm não podendo ter janelas ou outras aberturas que permitam a entrada de pessoas.

3. O acesso aos armazéns é feito através de uma única porta construída de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 5.º e dotada de condições de segurança contra intrusão.

4. Sempre que não seja possível a edificação de armazém com características de casa-forte no interior das instalações de atendimento ao público, pode o mesmo ser substituído por cofre ou cofres com fixação nas paredes, em compartimento não directamente acessível ao público.

Artigo 26.º

Limites de armazenamento de armas e munições

Consta do respectivo alvará, exclusivamente, a quantidade de armas e munições de salva, cujo armazenamento é autorizado, sendo especificadas as quantidades máximas permitidas.

Artigo 27.º

Responsável técnico

Associado a cada alvará do tipo 4 existirá, no mínimo, um responsável técnico, pela cedência, guarda e adequada utilização das armas e munições de salva em condições de segurança em todos os locais autorizados e nos quais decorram actividades cénicas ou cinematográficas.

Artigo 28.º

Exercício de actividade

1. Os armeiros do tipo 4, só podem desenvolver actividades relacionadas com efeitos cénicos e cinematográficos, devidamente contratados com empresas da especialidade.

2. É interdito o aluguer, venda, comercialização, empréstimo ou cedência de armas e munições de salva, a particulares e empresas não relacionadas com as actividades descritas no número anterior.

3. Na actividade desenvolvida, apenas podem ser utilizadas munições de salva para as armas que lhe forem autorizadas.

4. As armas detidas ao abrigo do alvará de armeiro do tipo 4, apenas poderão abandonar o espaço do estabelecimento ou armazém, acompanhadas pelo responsável técnico, que é responsável pela sua segurança.

5. A deslocação de armas e os locais da realização dos eventos cénicos ou cinematográficos, são previamente comunicados à Direcção Nacional da PN, para efeitos de autorização.

Artigo 29.º

Transporte de armas

As regras relativas ao transporte, armazenamento e condições de segurança das armas e munições de salva, para os locais onde sejam desenvolvidas as actividades autorizadas, são as previstas na Lei de Armas e Munições.

Artigo 30.º

Obrigações

Os titulares do alvará de armeiro do tipo 4, para além das obrigações gerais decorrentes das previsões da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio e demais legislação regulamentar, estão especialmente obrigados a:

- a) Manter actualizado um registo das contratações efectuadas com clientes, e das armas utilizadas em cada evento, no âmbito da sua actividade e nos termos previstos na Lei;
- b) Não ceder armas para eventos, sem prévia autorização da Direcção Nacional da PN;
- c) Garantir que todas as deslocações e uso de armas sejam acompanhados por um responsável técnico;
- d) Garantir que as armas apenas tenham utilizações legais no âmbito da actividade titulada pelo alvará, prevenindo utilizações ilegais ou não autorizadas;
- e) Garantir absoluta segurança no transporte das armas, do estabelecimento para o local de utilização e vice-versa, bem como na sua guarda nos locais dos eventos;
- f) Ministras a formação básica aos intervenientes nas actividades cénicas ou cinematográficas que utilizem armas, de forma a assegurar a sua correcta e adequada utilização com vista à prevenção de acidentes.

Artigo 31.º

Incumprimento

O incumprimento do previsto nos artigos 29.º e 30.º constitui violação das normas e regras legais para o exercício da actividade, nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio.

Secção VI

Artigo 37.º

Alvará do tipo 5**Limites de armazenamento de armas**

Artigo 32.º

Consta do respectivo alvará a quantidade de armas cujo armazenamento é autorizado, sendo especificado, no caso de armazém sito nas instalações de venda ao público, qual o número máximo permitido.

Elementos específicos do alvará

1. Os requerentes de alvará do tipo 5 apresentam à DNPN os elementos previstos no artigo 3.º do presente Regulamento,

Artigo 38.º

2. Com as necessárias adaptações, as regras relativas à importação e exportação previstas nos artigos 9.º e 10.º do presente Regulamento, aplicam-se também aos armeiros com alvará do tipo 5.

Instalações partilhadas

Artigo 33.º

1. Sempre que as instalações se integrem numa área comercial comum com outros artigos de natureza diversa, a área reservada ao comércio de armas apenas pode estar aberta ao público em duas das suas faces, delimitadas por sistema de grades ou outro que permita o seu integral isolamento durante os períodos de encerramento, sendo as outras faces correspondentes a parede de alvenaria.

Condições gerais de segurança

Os requerentes de alvará de armeiro tipo 5 adoptam as condições gerais de segurança previstas no artigo 13.º, do presente Regulamento.

2. No interior da área destinada ao comércio de armas é criada uma zona de atendimento reservada.

Artigo 34.º

3. As armas estão expostas, unicamente, na zona de atendimento reservada.

Normas específicas de segurança

A laboração das instalações fica sujeita à observância das normas específicas de segurança constantes no artigo 14.º do presente regulamento.

4. Entende-se por área comercial comum a que se situa numa grande superfície comercial ou em centro comercial, com acesso ao exterior por portas comuns.

Artigo 35.º

Artigo 39.º

Exposição de armas**Regras de funcionamento**

1. As armas só podem ser expostas para venda em vitrina ou armário interior apropriados, fechados a cadeado ou com fechadura de segurança, devendo recolher ao armazém quando encerradas as instalações, excepto se as vitrinas forem fixas e construídas com materiais revestidos de propriedades balísticas ou dotadas de dispositivos de segurança que inviabilizem a remoção das mesmas.

1. Os estabelecimentos licenciados ao abrigo do alvará de armeiro do tipo 5, funcionam de acordo com todas as regras previstas para os estabelecimentos de armeiro tipo 2.

2. As armas de fogo em exposição devem estar fixas por meio de corrente ou outro sistema que apenas permita serem manuseadas com o auxílio de uma chave.

2. A realização de leilões será sempre precedida de comunicação à PN.

Artigo 36.º

3. Os armeiros que não possuam no estabelecimento espaço próprio para leilões, só poderão realizar os mesmos em local previamente autorizado pela PN.

Condições de armazenamento

1. As armas são guardadas em armazém sito nas instalações de venda ao público ou em armazém exterior a essas instalações.

4. Nos estabelecimentos titulados por alvará do tipo 5, apenas poderão ser comercializadas armas destinadas a colecções, designadamente as referidas no regime jurídico do colecionismo e tiro desportivo.

2. Os armazéns são edificados em alvenaria com placa em betão armado, com paredes e tectos com uma espessura mínima de 20 cm não podendo ter janelas ou outras aberturas que permitam a entrada de pessoas.

5. A aquisição de armas, nos termos da presente Secção, apenas pode ser feita por titulares de licença de colecionador.

3. O acesso aos armazéns é feito através de uma única porta construída de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 5.º e dotada de condições de segurança contra intrusão.

Artigo 40.º

4. Sempre que não seja possível a edificação de armazém com características de casa-forte no interior das instalações de venda ao público, pode o mesmo ser substituído por cofre ou cofres com fixação nas paredes.

Obrigações

6. As regras de funcionamento dos leilões são definidas por Norma Técnica do Director Nacional da PN.

5. Apenas podem ser armazenadas nos locais próprios, as armas tituladas pelo respectivo alvará.

1. Os titulares do presente alvará de armeiro, para além das obrigações decorrentes da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio e demais legislação regulamentar, estão especialmente obrigados a:

- a) Remeter à PN, aquando da comunicação da realização do leilão, a relação das armas objecto do mesmo;

b) Manter o registo das existências e transacções efectuadas, nos termos previstos para os alvarás do tipo 2,

c) Garantir absoluta segurança no transporte das armas para o local de leilão e no decorrer do mesmo;

2. Independentemente da classe a que pertencem, só podem ser transaccionadas armas devidamente registadas ou manifestadas, ou que, nos termos da lei, estejam de tal dispensadas.

3. Os titulares do presente alvará, deverão disponibilizar parecer emitido por perito técnico indicado por associação de coleccionadores devidamente credenciada, sempre que tal seja solicitado pela autoridade competente para o licenciamento ou por autoridade Judicial.

CAPÍTULO II

Condições de segurança exigidas aos titulares de licença de coleccionador

Artigo 41.º

Arrecadação e guarda da colecção

1. As armas de fogo objecto de colecção abrangidas pelo âmbito de aplicação da lei são guardadas em casa-forte ou fortificada ou em cofre com fixação na parede.

2. Sendo a colecção guardada em cofre no domicílio do titular, deve este estar dotado de porta para o exterior de alta segurança e, sendo possível o escalamento sem auxílio de equipamento especial, nomeadamente a introdução por telhado, portas de terraços ou de varandas, janelas ou outras aberturas, deve existir protecção suficiente contra a intrusão ou ser o compartimento onde se situa o cofre dotado igualmente de porta de alta segurança, porta de gradeamento de ferro ou porta similar e as janelas, quando existam, dotadas de gradeamento em ferro ou outro material de igual ou superior resistência ao corte, podendo ser fixas ou amovíveis.

3. É obrigatória a existência de sistema de alarme contra intrusão.

4. A colecção pode ser guardada e exposta em museus públicos e privados e nas instalações da associação de coleccionadores onde o titular se mostre inscrito, desde que disponham das condições de segurança mencionadas nos números 1, 2 e 3, ou ainda em instalações pertencentes às forças de segurança.

Artigo 42.º

Exposição de armas no domicílio

1. Havendo casa-forte ou fortificada podem as armas aí serem expostas.

2. Sempre que o coleccionador pretenda expor as suas armas de fogo abrangidas pelo âmbito de aplicação da lei, no próprio domicílio, em compartimento sem as características de casa-forte ou fortificada, devem as mesmas encontrar-se desactivadas e fixadas ao expositor com mecanismo de segurança que impossibilite a sua remoção sem auxílio de chave ou ferramenta.

3. As portas de acesso ao interior do domicílio devem ter características de alta segurança.

4. A exposição no domicílio de armas de fogo nas condições previstas no n.º 2 obriga a que, sendo possível o escalamento sem auxílio de equipamento especial, nomeadamente a introdução por telhado, portas de terraços ou de varandas, janelas ou outras aberturas, devem estas ser dotadas de protecção suficiente contra a intrusão, designadamente gradeamento em ferro ou outro material de igual ou superior resistência ao corte, podendo ser fixo ou amovível.

5. As peças retiradas das armas para sua desactivação devem estar sempre arrecadadas em cofre com fixação na parede.

6. É obrigatória a existência de sistema de alarme contra intrusão.

Artigo 43.º

Regime excepcional

O disposto no presente capítulo não é aplicável às colecções de armas e munições excluídas do âmbito de aplicação da lei, às colecções de réplicas de armas de fogo, de armas de fogo e munições inutilizadas, de munições obsoletas, de armas que utilizem munições obsoletas, e a outras armas que não reúnam as características de armas de fogo.

CAPÍTULO III

Condições de segurança exigidas a outras entidades

Artigo 44.º

Arrecadação e guarda das armas

1. As armas pertencentes ou depositadas em instalações de federações de caçadores e de tiro desportivo e suas associações, carreiras de tiro e campos de tiro com alvará, entidades formadoras e de outras entidades legalmente autorizadas, são guardadas em casa-forte ou fortificada ou em cofre com fixação definitiva na parede.

2. Sendo guardadas em cofre, devem as instalações estar dotadas de porta para o exterior de alta segurança e, sendo possível o escalamento sem auxílio de equipamento especial, nomeadamente a introdução por telhado, portas de terraços ou varandas, janelas ou outras aberturas, devem estas ser dotadas de protecção suficiente contra a intrusão, ou ser o compartimento onde se situa o cofre dotado igualmente de porta de alta segurança, porta de gradeamento de ferro ou porta similar e as janelas, quando existam, dotadas de gradeamento em ferro ou outro material de igual ou superior resistência ao corte, podendo ser fixas ou amovíveis.

3. As instalações onde sejam guardadas armas são obrigatoriamente dotadas de alarme contra intrusão, ligado a uma central de alarmes, que permita o accionamento imediato de meios de socorro em caso de intrusão ou tentativa de intrusão.

4. Relativamente ao número de armas a guardar e respectivas condições de segurança, aplica-se com as necessárias adaptações o previsto no artigo 24.º e 31.º da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio.

5. Durante a realização de provas desportivas, podem as armas, ser guardadas nos denominados armeiros dos clubes, Carreiras de Tiro e Campos de Tiro desde que estes possuam as condições de segurança previstas no presente capítulo e, sejam permanentemente vigiadas por pessoa capacitada para o efeito.

6. No caso previsto no número anterior, é completamente interdito o acesso e circulação de pessoas estranhas à competição, aos denominados armeiros dos clubes, Carreiras de Tiro e Campos de Tiro.

Artigo 45.º

Confiança das armas

1. As armas são retiradas do local onde se encontram guardadas para a finalidade a que se destinam, ali recolhendo de novo após a sua utilização.

2. As armas apenas podem ser confiadas a pessoa diferente do seu titular ou responsável para efeitos de:

- a) Empréstimo nos termos da lei para actividades venatórias, tiro desportivo e recreativo;
- b) Realização de sessões de formação compreendidas na actividade das entidades formadoras credenciadas;
- c) Exercício das funções para as quais o portador se mostre contratado;
- d) Depósito em armeiros, museus públicos e privados, Carreiras de Tiro, Campos de Tiro, exposições, feiras e leilões organizados por entidades autorizadas.

A Ministra da Administração Interna, *Marisa Helena de Nascimento Morais*

Portaria nº 42/2013

de 19 de Agosto

O novo regime jurídico das armas e suas munições, aprovado pela Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, regula, no seu capítulo VI, as condições de funcionamento e de licenciamento dos locais e espaços destinados à prática de tiro.

Importa, agora, densificar as regras aplicáveis ao licenciamento para a exploração e gestão das carreiras e campos de tiro e carreiras e campos de tiro em propriedades rústicas, que defina os requisitos técnicos e de segurança das áreas de prática de tiro das carreiras de tiro genéricas interiores e exteriores, para a prática de tiro, de tiro desportivo de precisão e de tiro desportivo dinâmico, dos campos de tiro e do tiro recreativo em propriedade rústica.

Assim, em primeiro lugar, distinguem-se agora as carreiras de tiro genéricas das carreiras para tiro desportivo, regulamentando-se especificamente as características técnicas e de segurança das carreiras de tiro exteriores e interiores para tiro de precisão e as carreiras de tiro

exteriores e interiores para tiro dinâmico, de acordo com as normas estabelecidas pelas federações desportivas internacionais que enquadram estas modalidades.

A realidade tem demonstrado que as características técnicas e as regras de funcionamento e segurança das carreiras e campos de tiro determinadas pelas federações internacionais são bastantes para que a prática desportiva decorra com altos níveis de segurança, tanto para os praticantes das diversas modalidades e disciplinas, como para as zonas envolventes.

Foi ouvida a Direcção Nacional da Polícia Nacional.

Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo n.º 3 do artigo 264º da Constituição;

Manda o Governo, pela Ministra da Administração Interna, ao abrigo da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1. A presente portaria define as regras aplicáveis ao licenciamento de carreiras e campos de tiro para a prática de tiro com armas de fogo, tendo em vista a concessão de alvarás para a sua exploração e gestão.

2. É aprovado o Regulamento Técnico e de Funcionamento e Segurança das Carreiras e Campos de Tiro (Regulamento), publicado em anexo à presente portaria, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito

1. As regras previstas na presente portaria aplicam-se a todas as carreiras e campos de tiro, com excepção dos pertencentes às Forças Armadas e à Polícia Nacional.

2. Salvo o disposto no número seguinte, compete à Polícia Nacional (PN) a verificação das condições técnicas e de segurança das instalações e das áreas envolventes, nas carreiras e campos de tiro abrangidos pela presente portaria.

3. No âmbito das competências previstas no regime jurídico do coleccionismo e tiro desportivo, compete às federações desportivas de tiro titulares do estatuto de utilidade pública desportiva:

- a) Emitir parecer sobre as condições técnicas e de segurança das carreiras e campos de tiro onde se realizem provas desportivas;
- b) Vistoriar o local e as instalações sobre os quais emite parecer, com o fim de serem licenciados pela PN.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor conjuntamente com a Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio, que estabelece o regime jurídico relativo às armas e suas munições e institui o Sistema Integrado de Gestão de Informação de Armas, Munições e Proprietários (SIGIAMP).

Gabinete dos Ministros da Administração Interna, na Praia, aos 13 de Agosto de 2013. – A Ministra, *Marisa Helena de Nascimento Morais*